

Cada um dos itens da prova objetiva está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na folha de respostas, para cada item: o campo designado com o **código C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o **código E**, caso julgue o item **ERRADO**.

A marcação de acordo com o gabarito valerá **pontuação positiva**. A marcação em desacordo com o gabarito valerá **pontuação negativa**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de respostas, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.

PROVA OBJETIVA

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para os itens de 1 a 8.

Mecânico de manutenção industrial: quem é e o que faz esse profissional?

O mecânico de manutenção é o profissional responsável por realizar reparos e manter equipamentos e componentes em condições de plena capacidade de uso. Também é conhecido como mecânico de manutenção industrial ou simplesmente mecânico industrial. Já faz um tempo que o mecânico de manutenção deixou de ser apenas o profissional que conserta e intervém quando um equipamento para de funcionar. Hoje esse profissional ganhou funções e responsabilidades importantes com o avanço tecnológico, pois, sobretudo com a era da manutenção industrial 4.0 e com a internet das coisas, as máquinas e os equipamentos industriais necessitam de manutenções preditivas e preventivas para se manterem confiáveis e disponíveis para sua função.

De início, a mecânica industrial é um campo da engenharia que se concentra no design, na operação e na manutenção de sistemas mecânicos em ambientes industriais. Ela envolve o estudo e a aplicação de princípios de física e engenharia para resolver problemas relacionados ao movimento e à força em máquinas e equipamentos utilizados na produção e na manufatura. Assim, os profissionais dessa área são responsáveis por garantir que as máquinas e os equipamentos funcionem de maneira eficiente e segura, além de realizar reparos e manutenções preventivas para evitar falhas. Portanto, a mecânica industrial abrange uma ampla gama de atividades, incluindo a análise de falhas, a otimização de processos, a instalação e o comissionamento de equipamentos, além da implementação de melhorias para aumentar a produtividade e reduzir custos operacionais.

O mecânico industrial é o profissional responsável por instalar, manter, reparar e supervisionar o funcionamento de máquinas e equipamentos industriais. Ou seja, cabe a ele atuar nas atividades de manutenção de máquinas industriais. Exemplos disso são envazadoras, agitadores, motores elétricos, compressores e uma infinidade de outros equipamentos, principalmente equipamentos industriais que utilizam elementos de máquinas, como: rolamentos, mancais, polias e correias, eixos e acoplamentos.

Internet: <abecom.com.br> (com adaptações).

Quanto à estrutura e aos fatores gramaticais do texto, julgue os itens seguintes.

- 1 Quanto aos critérios semântico-interpretativos, o texto caracteriza-se como denotativo, o que significa o emprego de uma linguagem predominantemente biunívoca.
- 2 No título do texto, “Mecânico de manutenção industrial: quem é e o que faz esse profissional?”, a substituição de “quem” por **Quem** manteria a correção gramatical do trecho.
- 3 No período “O mecânico de manutenção é o profissional responsável por realizar reparos e manter equipamentos e componentes em condições de plena capacidade de uso.”, há um predicado nominal cujo predicativo apresenta dois complementos nominais, os quais são formados por duas orações subordinadas substantivas completivas nominais reduzidas de infinitivo coordenadas entre si.
- 4 No trecho “Portanto, a mecânica industrial abrange uma ampla gama de atividades, incluindo a análise de falhas, a otimização de processos, a instalação e o comissionamento de equipamentos, além da implementação de melhorias para aumentar a produtividade e reduzir custos operacionais.”, o elemento conclusivo “Portanto” integra uma cadeia de coesão referencial endofórica.
- 5 O período “De início, a mecânica industrial é um campo da engenharia que se concentra no design, na operação e na manutenção de sistemas mecânicos em ambientes industriais.” poderia ser reescrito como **De início, a mecânica industrial é um campo da engenharia que se concentra no design, operação e manutenção de sistemas mecânicos em ambientes industriais.**, sem prejuízo ao critério de paralelismo sintático dos termos.
- 6 No período “Também é conhecido como mecânico de manutenção industrial ou simplesmente mecânico industrial.”, o termo “de manutenção industrial” exerce a função sintática de adjunto adnominal.
- 7 Em “O mecânico industrial é o profissional responsável por instalar, manter, reparar e supervisionar o funcionamento de máquinas e equipamentos industriais. Ou seja, cabe a ele atuar nas atividades de manutenção de máquinas industriais.”, a estrutura “cabe a ele” poderia ser substituída por **cabe-lhe**, mantendo-se a correta estrutura sintática do trecho.

- 8 No período “Exemplos disso são envazadoras, agitadores, motores elétricos, compressores e uma infinidade de outros equipamentos, principalmente equipamentos industriais que utilizam elementos de máquinas, como: rolamentos, mancais, polias e correias, eixos e acoplamentos.”, o termo “como” introduz uma sequência de exemplos exaustiva frente às possibilidades possíveis de peças do maquinário.

Texto para os itens de 9 a 16.

1.300 graus à sombra dos telheiros retos
 12.000 cavalos invisíveis pensando
 40.000 toneladas de níquel amarelo
 Para sair do nível das águas esponjosas
 E uma estrada de ferro nascendo do solo
 Os fornos entroncados
 Dão o gusa e a escória
 A refinação planta barras
 E lá embaixo os operários
 Forjam as primeiras lascas de aço.

Anuário de Literatura, ISSN: 2175-7917,
 vol. 15, n. 1, 2010 (com adaptações).

A respeito da estrutura e dos aspectos gramaticais do texto, julgue os itens a seguir.

- 9 O núcleo temático do texto diz respeito ao que ocorre em um cotidiano industrial, o que é reforçado pelo campo lexical composto de expressões como “níquel amarelo”, “águas esponjosas”, “os operários” e “lascas de aço”.
- 10 O verso “1.300 graus à sombra dos telheiros retos” retrata o caráter plurissignificativo do texto, considerando-se o emprego da figura de linguagem denominada auxese no referido trecho.
- 11 No trecho “12.000 cavalos invisíveis pensando”, há, respectivamente, quanto à classificação morfológica das palavras, um numeral, um substantivo, um adjetivo e uma forma verbal no gerúndio.
- 12 O verso “Para sair do nível das águas esponjosas” apresenta uma semântica causal frente ao contexto anteriormente exposto.
- 13 O verso “Dão o gusa e a escória” apresenta um sujeito indeterminado, visto que não há condições sintático-semânticas de identificação deste elemento no texto.
- 14 Em “A refinação planta barras”, caso se efetuasse a pronominalização do complemento verbal, a reescrita poderia ficar como **A refinação planta-as**, sem qualquer prejuízo às regras de colocação pronominal da língua portuguesa.
- 15 No trecho “E lá embaixo os operários”, o emprego da expressão dêitica “lá embaixo” ratifica um contexto semântico-circunstancial de lugar.
- 16 No verso “Forjam as primeiras lascas de aço.”, a locução adjetiva “de aço” pode ser substituída por **ferruginosa**, mantendo-se o sentido original do poema, bem como a sua correção gramatical.

Gael era um encantador de serpentes e costumava tocar flauta para duas cobras, chamadas Jade e Safira. Quando ele começava a tocar, a chance de Jade dançar era de 40%, enquanto a chance de Safira dançar era de 75%. Considere-se que o comportamento de uma cobra não interfere no comportamento da outra.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 17 A probabilidade de nenhuma das duas cobras dançar é de 20%.
- 18 A probabilidade de Safira dançar e a de Jade não dançar é de 45%.
- 19 Sabendo-se que, exatamente, uma das duas cobras dançou, a probabilidade de essa cobra ter sido Jade é de $\frac{2}{11}$.

Durante 42 dias consecutivos, alienígenas fizeram círculos em milharais no Brasil. A quantidade de círculos feitos por dia seguiu uma progressão aritmética. No 5º dia, foram feitos 19 círculos e, no 34º dia, foram feitos 106 círculos.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

- 20 A razão da progressão aritmética foi igual a 3.
- 21 No primeiro dia, foram feitos 10 círculos.
- 22 Ao todo, nos 42 dias, foram feitos 2.880 círculos.

Miguel, Helena e Ravi participaram de uma dinâmica a respeito dos signos do zodíaco. Cada um deles pertencia exatamente a um dos seguintes signos: áries; leão; e peixes. Nenhum signo era compartilhado por mais de uma pessoa. Desse modo, sabe-se que são verdadeiras as seguintes proposições:

- se Miguel não é de leão, então Helena é de áries;
- se Helena não é de áries, então Ravi é de peixes;
- Miguel não é de áries; e
- Ravi não é de leão.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 23 Miguel é de Leão.
- 24 A proposição “Se Helena é de Áries, então Ravi é de Peixes” é verdadeira.
- 25 A proposição “Miguel é de Leão se, e somente se, Ravi é de Leão” é verdadeira.

Durante 30 dias, Sebastião anotou a quantidade de pacotes de pipoca vendidos por dia. Assim: em 6 dias, vendeu 20 pacotes por dia; em 8 dias, vendeu 25 pacotes por dia; em 10 dias, vendeu 30 pacotes por dia; e, em 6 dias, vendeu 35 pacotes por dia.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

- 26 A distribuição das quantidades diárias de pacotes vendidos é bimodal.
- 27 A média diária de pacotes vendidos foi inferior a 28.
- 28 A mediana da quantidade diária de pacotes vendidos foi igual a 25.

Nos itens que avaliem conhecimentos de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que: todos os programas mencionados estejam em configuração-padrão, em português; o mouse esteja configurado para pessoas destras; expressões como **clicar**, **clique simples** e **clique duplo** refiram-se a cliques com o botão esquerdo do mouse; e **teclar** corresponda à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não haja restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

Com base nos recursos, nas fórmulas e nas funcionalidades das suítes de produtividade Microsoft 365 e Google Workspace, julgue os itens a seguir.

- 29 No Google Docs, o recurso de histórico de versões permite restaurar edições anteriores de um documento colaborativo, identificando detalhadamente as alterações por meio de cores específicas atribuídas de forma individual a cada usuário participante da revisão.
- 30 Ao criar uma apresentação no PowerPoint 365, a aplicação de um efeito de transição atua especificamente sobre um objeto individual dentro do slide (como um bloco de texto ou imagem), enquanto a animação gerencia a mudança visual de passagem entre um slide e o próximo.
- 31 No Word 365, o comando de Quebra de Página é o recurso técnico adequado a ser inserido quando se deseja alternar a orientação de página (de Retrato para Paisagem) a partir de um ponto do documento, preservando o cabeçalho idêntico nas páginas anteriores.
- 32 No Excel 365, a função PROCV realiza uma busca estritamente vertical a partir da primeira coluna à esquerda de um intervalo especificado, não sendo capaz, por padrão, de retornar um valor localizado em uma coluna posicionada à esquerda da coluna de pesquisa.

No que diz respeito aos conceitos de redes de computadores, à infraestrutura de Internet/intranet e às ferramentas de navegação web (browsers), julgue os itens seguintes.

- 33 O modo de navegação anônima ou privativa, presente no Google Chrome e no Mozilla Firefox, protege os dados trafegados na rede, cifrando a conexão de ponta a ponta, de modo a impedir que os provedores de acesso à Internet (ISPs) monitorem os domínios visitados pelo usuário.
- 34 No navegador Microsoft Edge, o recurso nativo de sincronização de perfis é projetado para operar restando as senhas e os históricos de favoritos exclusivamente na memória volátil RAM da máquina cliente local, impedindo a persistência ou o tráfego dessas credenciais por servidores de nuvem externos.
- 35 Uma intranet corporativa é implementada sob o mesmo conjunto de protocolos básicos, como o TCP/IP, e serviços comuns da Internet pública, como o HTTP e FTP, diferenciando-se essencialmente pelo controle de acesso, que limita o tráfego estritamente a usuários internos autenticados.

- 36 No contexto de infraestrutura de redes locais de computadores de uma organização, a substituição de um *hub* por um *switch* melhora o desempenho operacional e a segurança, pois o *switch* é capaz de direcionar as informações especificamente ao dispositivo de destino, em vez de replicá-las para todas as máquinas da rede de forma indiscriminada.

No que se refere ao armazenamento em nuvem corporativa, à segurança da informação e aos conceitos de inteligência artificial (IA) e computação em nuvem, julgue os itens a seguir.

- 37 O modelo fundamental da computação em nuvem fundamenta-se na entrega de recursos de tecnologia de informação sob demanda por meio da rede mundial de computadores, operando sob uma sistemática comercial flexível atrelada ao pagamento pelo consumo real dos ativos computacionais (pay-as-you-go).
- 38 Em ferramentas de IA generativa, o fenômeno da alucinação consiste na geração de informações falsas ou inexistentes devido a problemas físicos de superaquecimento na memória RAM do computador.
- 39 O aprendizado profundo, ou *deep learning*, diferencia-se de sistemas tradicionais de automação por extrair padrões diretamente de dados não estruturados, sem exigir que humanos cataloguem previamente as regras que o sistema deverá buscar.
- 40 O *bot* é um código malicioso que infecta arquivos executáveis locais, necessitando, obrigatoriamente, da intervenção direta do usuário para ativar a sua replicação e iniciar a comunicação remota com o atacante.



ANOTAÇÕES

CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

No que se refere ao conceito de ética na função pública e aos princípios fundamentais da Administração Pública, julgue os itens a seguir.

- 41** A dignidade, o decoro, a eficácia e a consciência dos princípios morais são bens orientadores que devem guiar a conduta do servidor público, consolidando-se não apenas no exercício do cargo ou da função, mas também fora dele, uma vez que a vida privada do agente público pode refletir diretamente no prestígio e na confiabilidade da instituição a que serve.
- 42** Suponha-se que um analista administrativo de Conselho Regional tenha editado um ato administrativo embasado em motivos fáticos e jurídicos plenamente verdadeiros, contudo o objetivo camuflado do agente era prejudicar profissionalmente um técnico industrial que havia formalizado uma queixa contra ele. Nesse caso, é correto afirmar que o ato praticado será considerado materialmente válido e eticamente correto, pois atendeu ao princípio da legalidade formal.
- 43** O princípio da autotutela administrativa confere à Administração Pública o poder-dever de anular os seus próprios atos quando estes estiverem eivados de vícios que os tornem ilegais, bem como de revogá-los por motivos de conveniência ou oportunidade, prescindindo, em qualquer hipótese, de instauração prévia de processo administrativo contraditório, por se tratar de prerrogativa soberana do Estado.
- 44** O princípio da eficiência, introduzido expressamente no texto constitucional, impõe ao gestor público a busca por resultados que otimizem os recursos do Estado. Todavia, esse postulado não autoriza o administrador a afastar garantias procedimentais ou ritos estabelecidos em lei sob a mera alegação de celeridade ou desburocratização.
- 45** Em decorrência do princípio da impessoalidade, os atos de comunicação social e de publicidade dos órgãos públicos, como os editados pelos Conselhos Regionais, devem possuir caráter estritamente educativo, informativo ou de orientação social, sendo vedada a inclusão de nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.
- 46** O princípio da motivação exige que a Administração Pública indique os fundamentos de fato e de direito que justificam as suas decisões, sendo a sua observância obrigatória tanto para a edição de atos administrativos vinculados quanto para os atos discricionários, nos termos da lei.

Com base na Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992, reformada pela Lei nº 14.230/2021), julgue os itens seguintes.

- 47** Para a configuração de qualquer ato de improbidade administrativa previsto na Lei nº 8.429/1992, exigir-se-á a demonstração do dolo específico, caracterizado pela vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito tipificado em Lei, não bastando a caracterização do dolo genérico ou de culpa, ainda que esta seja considerada grave.

- 48** Suponha-se que um analista administrativo de um Conselho Regional, agindo com manifesta negligência no exame de uma prestação de contas, tenha liberado verbas públicas sem observar as formalidades legais, gerando prejuízo financeiro efetivo e comprovado aos cofres da autarquia. Nesse caso, é correto afirmar que a conduta descrita, por ser exclusivamente culposa, não tipifica ato de improbidade administrativa, ainda que gere dever civil de ressarcimento e eventual sanção disciplinar.
- 49** As disposições da Lei de Improbidade Administrativa são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra dolosamente para a prática do ato de improbidade, tendo o legislador reformador excluído a punição por improbidade do terceiro que apenas se beneficie do ato sem ter concorrido ativamente para o ilícito.
- 50** Os atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da Administração Pública passaram a constituir um rol taxativo, de modo que apenas as condutas expressamente listadas nos incisos do referido artigo podem ser sancionadas sob esse fundamento.
- 51** Suponha-se que um analista administrativo de um Conselho Regional, de forma livre e consciente, tenha descumprido, reiteradamente, uma norma do regimento interno que proibia os servidores de exercerem atividades de consultoria privada, mesmo sem qualquer relação com as atribuições de seu cargo público. Nesse caso, é correto afirmar que ele realizava os atendimentos particulares exclusivamente em sua residência, fora do horário de expediente e sem utilizar qualquer bem ou recurso da autarquia. Nesse caso, é correto afirmar que a conduta do servidor configurará ato de improbidade administrativa que importará enriquecimento ilícito.
- 52** O mero exercício da função pública ou o desempenho de competências administrativas sem a obtenção de resultado prático produtivo, decorrente de falhas estruturais ou falta de recursos na instituição, caracteriza ato de improbidade administrativa por ofensa ao princípio da eficiência.
- 53** Na fixação das penas previstas para a prática de atos de improbidade administrativa, o juiz deve considerar, de forma isolada, a natureza do ato, sendo vedada a aplicação de sanções de forma cumulativa, em respeito ao princípio do *non bis in idem*.

No que concerne ao processo administrativo no âmbito da Administração Pública federal, regulado pela Lei nº 9.784/1999, julgue os itens a seguir.

- 54** Suponha-se que a diretoria de um Conselho Regional tenha delegado a competência para a edição de atos de caráter normativo a seu setor de fiscalização, visando dar maior agilidade na regulamentação das vistorias. Nesse caso, é correto afirmar que essa delegação é juridicamente válida, por atender ao princípio da eficiência processual.

- 55 Conforme os preceitos da Lei nº 9.784/1999, os prazos processuais administrativos expressos em dias devem ser contados de modo contínuo, excluindo-se, na contagem, o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.
- 56 O impedimento de atuar em processo administrativo configurar-se-á nas seguintes situações: quando o servidor ou a autoridade possuir interesse direto ou indireto na matéria; quando o servidor ou a autoridade participar como perito, testemunha ou representante; ou quando o cônjuge, o companheiro ou um parente por consanguinidade ou afinidade até o segundo grau ligado a esse servidor ou a essa autoridade figurar como parte no procedimento.
- 57 No processo administrativo, é assegurado ao administrado o direito de fazer-se assistir, facultativamente, por advogado, salvo nas hipóteses em que a Lei exigir a presença obrigatória de profissional habilitado.
- 58 Um órgão administrativo e o seu titular poderão delegar parte de sua competência a outros órgãos ou titulares, desde que estes lhe sejam hierarquicamente subordinados, sendo vedada a delegação entre órgãos de mesma estatura hierárquica.
- 59 Suponha-se que um técnico industrial tenha apresentado recurso contra a decisão de um Conselho Regional que lhe aplicou uma multa. Assim sendo, ao julgar o recurso, a autoridade superior constatou que a infração era mais grave do que o apurado e decidiu aumentar o valor da penalidade. Nesse caso, é correto afirmar que essa decisão viola o princípio da ampla defesa, dado que o recurso administrativo não admite a reforma para pior (*reformatio in pejus*).
- 60 Os atos do processo administrativo dependem de forma determinada e solene apenas quando a Lei assim o exigir, gerando nulidade absoluta imediata o ato que for praticado por meios digitais ou sem os selos oficiais do órgão.

Considerando a Lei nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação (LAI), julgue os itens seguintes.

- 61 O acesso à informação pública é a regra no ordenamento jurídico brasileiro, constituindo o sigilo uma exceção que deve ser interpretada de forma restritiva e devidamente fundamentada pela autoridade competente.
- 62 Suponha-se que um Conselho Regional tenha recebido um pedido de acesso a dados referentes aos gastos com diárias e passagens aéreas de seus conselheiros. Assim sendo, a autarquia condicionou o fornecimento dos dados à apresentação, por parte do cidadão requerente, de uma justificativa detalhada que demonstrava o interesse público da consulta. Nesse caso, é correto afirmar que o procedimento do Conselho estava correto e amparado na LAI.
- 63 As informações que digam respeito à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem das pessoas possuem acesso restrito, independentemente de classificação de sigilo, pelo prazo máximo de 100 anos, a contar da data de sua produção.
- 64 Suponha-se que um cidadão tenha solicitado a um Conselho Regional acesso a uma informação que necessitava de tratamento e consolidação de dados que a autarquia não possuía prontos. O Conselho, então, informou ao requerente, no prazo de cinco dias, o local e o horário em que a informação bruta estaria disponível para consulta e extração de cópias. Nesse caso, é correto afirmar que o Conselho agiu corretamente, visto que cumpriu os deveres de resposta previstos na LAI.
- 65 No âmbito dos conselhos de fiscalização profissional, o dever de transparência ativa impõe a obrigatoriedade de divulgação, em seus sites oficiais na Internet, de informações sobre suas competências, sua estrutura organizacional, seus repasses financeiros e seus registros de despesas.

No que diz respeito à proteção de dados pessoais e à Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) –, julgue os itens a seguir.

- 66 A LGPD aplica-se integralmente às operações de tratamento de dados pessoais realizadas por pessoas jurídicas de direito público, possuindo estas um capítulo específico na Lei que disciplina o tratamento de dados pelo Poder Público.
- 67 Os dados pessoais sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, bem como os dados referentes à saúde ou à vida sexual, são conceituados pela LGPD como dados anônimos de livre circulação.
- 68 Suponha-se que um Conselho Regional tenha coletado dados pessoais de profissionais registrados, com a finalidade exclusiva de emitir as carteiras de identidade profissional. Posteriormente, sem colher uma nova base legal ou dar aviso aos titulares, o órgão utilizou esse mesmo banco de dados para enviar anúncios publicitários de empresas parceiras privadas. Nesse caso, é correto afirmar que essa operação desrespeitou o princípio da finalidade previsto na LGPD.
- 69 O tratamento de dados pessoais pelo Poder Público exige, em qualquer hipótese, a coleta prévia do consentimento por escrito do titular, sob pena de nulidade do tratamento e aplicação de sanções administrativas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).
- 70 Suponha-se que um cidadão tenha solicitado a um determinado Conselho Regional, com base na LAI, a cópia de um processo que contivesse dados pessoais e sensíveis de terceiros. Nesse caso, é correto afirmar que o cidadão deverá ser atendido com o documento na íntegra, sem nenhuma ocultação de informação, pois a transparência pública deve suplantar qualquer privacidade.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

No que se refere à legislação constitucional, à tributária, à licitatória, à orçamentária e à fiscal aplicável à Administração Pública, julgue os itens a seguir, à luz da Constituição Federal de 1988 (CF/1988), da Lei Complementar (LC) nº 123/2006, da Lei nº 14.133/2021, da Lei nº 4.320/1964 e da LC nº 101/2000.

- 71** Nos termos do art. 37, XIX, da CF/1988, somente por lei específica poderá ser criada uma autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, nesse último caso, definir as áreas de sua atuação.
- 72** A CF/1988 veda a aplicação de pena de morte em qualquer hipótese, bem como as penas de caráter perpétuo, de trabalhos forçados, de banimento e as penas cruéis.
- 73** A Lei Complementar nº 123/2006 assegura às microempresas e empresas de pequeno porte o direito de regularizar as suas pendências fiscais e trabalhistas após serem declaradas vencedoras do certame licitatório, no prazo de cinco dias úteis, prorrogável por igual período a critério da Administração Pública, sendo que a não regularização no prazo implica a decadência do direito à contratação.
- 74** A microempresa ou empresa de pequeno porte optante pelo Simples Nacional que realizar exportação de produtos nacionais ou nacionalizados recolherá o imposto sobre a exportação no documento único de arrecadação do regime, uma vez que o Simples Nacional unifica todos os tributos federais devidos pela pessoa jurídica.
- 75** A Lei nº 14.133/2021 abrange os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário da União, dos estados e do Distrito Federal, bem como os órgãos do poder legislativo dos municípios, quando no desempenho de função administrativa.
- 76** O diálogo competitivo, modalidade de licitação prevista na Lei nº 14.133/2021, destina-se à contratação de obras, serviços e compras, sendo realizado por meio de diálogos entre a Administração Pública e os licitantes previamente selecionados mediante critérios objetivos, com o intuito de desenvolver alternativas capazes de atender às suas necessidades, devendo os licitantes apresentar uma proposta final após o encerramento dos diálogos.
- 77** De acordo com a Lei nº 4.320/1964, a dívida flutuante compreende os restos a pagar, incluídos os serviços da dívida, os serviços da dívida a pagar, os depósitos e os débitos de tesouraria, sendo esses últimos sinônimos de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária, as quais são destinadas a atender insuficiências momentâneas de caixa dentro do mesmo exercício financeiro.
- 78** Nos termos da Lei nº 4.320/1964, a fidelidade funcional, como componente do controle da execução orçamentária, refere-se aos agentes da Administração responsáveis por bens e valores públicos.
- 79** Conforme a Lei nº 4.320/1964, o quadro das dotações por órgãos do governo e da Administração e o quadro demonstrativo do programa anual de trabalho do governo, em termos de realização de obras e de prestação de serviços, integram a lei orçamentária anual.
- 80** Suponha-se que um ente público tenha adquirido um imóvel já construído e em utilização para instalar unidade administrativa, sem que a aquisição estivesse vinculada à execução de obra pública. Nesse caso, é correto afirmar que a despesa deve ser classificada como investimento, pois ela envolve a aquisição de bem imóvel destinado ao uso permanente da Administração.
- 81** O Plano Plurianual tem vigência de quatro anos, iniciando-se no primeiro exercício financeiro do mandato do chefe do Poder Executivo e encerrando-se no último exercício financeiro do mesmo mandato.
- 82** A Lei de Responsabilidade Fiscal determina que, até 30 dias após a publicação dos orçamentos, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso, sendo que os recursos legalmente vinculados à finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.
- 83** O princípio orçamentário da exclusividade impede que a lei orçamentária anual contenha matéria estranha à previsão da receita e à fixação da despesa, ressalvadas as autorizações para abertura de créditos suplementares e para contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

No que se refere ao orçamento público, à execução orçamentária e financeira e à contabilidade aplicada ao setor público, julgue os itens a seguir, à luz da legislação vigente.

- 84** As receitas orçamentárias classificam-se, quanto ao impacto patrimonial, em efetivas e não efetivas. As receitas efetivas são aquelas que não alteram o patrimônio líquido do ente público, pois geram uma obrigação correspondente, enquanto as receitas não efetivas são aquelas que aumentam o patrimônio líquido.
- 85** No orçamento-programa, a previsão da despesa pública não se limita à indicação dos órgãos executores e dos elementos de gasto, pois a alocação dos recursos deve estar vinculada a programas de trabalho estruturados em objetivos, metas, produtos e custos, permitindo o acompanhamento físico-financeiro da execução e a avaliação dos resultados alcançados pela ação governamental.

- 86** A reserva de contingência, prevista na Lei Complementar nº 101/2000, terá a sua forma de utilização e o seu montante, calculado com base na receita corrente líquida, estabelecidos pela lei orçamentária anual, destinando-se, portanto, ao atendimento de passivos contingentes e de outros riscos e eventos fiscais imprevistos.
- 87** No setor público, o regime orçamentário reconhece a receita no momento da arrecadação, assim como reconhece a despesa no momento da liquidação, etapa na qual se verifica o direito adquirido pelo credor e na qual se apura a importância exata a pagar, consolidando-se, assim, a obrigação financeira do ente público.
- 88** A lei de diretrizes orçamentárias conterá anexo de metas fiscais, com metas anuais relativas às receitas, às despesas, aos resultados nominal, ao primário e ao montante da dívida pública, bem como anexo de riscos fiscais, no qual serão avaliados passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas.
- 89** O projeto de lei orçamentária anual deve ser elaborado de forma compatível com o Plano Plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com a Lei de Responsabilidade Fiscal, devendo ser acompanhado por elementos como o demonstrativo de compatibilidade da programação orçamentária, com os objetivos e as metas constantes do anexo de metas fiscais.
- 90** A classificação funcional-programática identifica, principalmente, os órgãos e as unidades orçamentárias responsáveis pela execução da despesa, razão pela qual ela substitui a classificação institucional na indicação de quem executa a programação governamental.
- 91** As receitas extraorçamentárias são ingressos de recursos nos cofres públicos que se incorporam definitivamente ao patrimônio do ente, distinguindo-se das receitas orçamentárias por não dependerem de autorização legislativa para sua utilização.
- 92** Os estágios da receita pública compreendem previsão, lançamento, recolhimento e arrecadação. Dessa forma, o recolhimento corresponderá à etapa em que o contribuinte entrega os recursos ao agente arrecadador, ao passo que a arrecadação consistirá na transferência desses valores à conta do Tesouro.
- 93** Na classificação da receita orçamentária por natureza, o código 1.3.0.0.00.0.0 apresenta, do quarto ao sétimo dígitos, o desdobramento da receita. Os 5º e 6º dígitos, representados por “00”, indicam desdobramento reservado à União, pois a faixa de 50 a 98 é de uso exclusivo dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.
- 94** Suponha-se que a Beta Air, fundação pública federal atuante no ramo da aviação, mantivesse uma oficina de manutenção e fabricação de componentes aeronáuticos. Assim sendo, no exercício de 2025, a entidade registrou R\$ 380.000 provenientes da fabricação desses componentes e R\$ 400.000 provenientes de sua comercialização. Nesse caso, é correto afirmar que o total da receita corrente-industrial será de R\$ 780.000.
- 95** Na execução da despesa pública, o empenho é o ato emanado de autoridade competente que cria, para o Estado, obrigação de pagamento, sempre pendente de implemento de condição, ao passo que a liquidação consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, com apuração da origem e do objeto do que se deve pagar, da importância exata e de quem tem direito ao recebimento.
- 96** Os créditos suplementares destinam-se às despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica, ao passo que os créditos especiais reforçam dotações já existentes e os extraordinários são abertos para qualquer insuficiência ordinária de dotação.
- 97** Restos a pagar processados correspondem às despesas empenhadas e liquidadas, mas não pagas até 31 de dezembro, enquanto os restos a pagar não processados correspondem às despesas empenhadas, mas ainda não liquidadas até o encerramento do exercício financeiro.
- 98** As despesas de exercícios anteriores correspondem às despesas regularmente empenhadas no exercício de origem e que não foram pagas até 31 de dezembro, devendo ser inscritas como obrigações de curto prazo no exercício seguinte.
- 99** O suprimimento de fundos constitui regime de adiantamento aplicável aos casos de despesas expressamente definidos em lei, consistindo na entrega de numerário a servidor, sempre precedida de empenho na dotação própria, para realizar despesas que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação. Dessa maneira, será vedado o adiantamento a servidor em alcance ou a responsável por dois adiantamentos simultâneos.
- 100** No Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), as classes 3 e 4 registram, respectivamente, as variações patrimoniais aumentativas e as variações patrimoniais diminutivas. Assim, por terem natureza de resultado, essas classes são encerradas ao final do exercício, mediante a transferência de seus saldos para as contas de resultado acumulado na classe 2, de modo que o balanço patrimonial reflita apenas os saldos patrimoniais permanentes.

A Beta Comércio Ltda., sociedade empresária do ramo comercial, apresentou as demonstrações contábeis a seguir, elaboradas em conformidade com o regime de competência. Os valores foram expressos em milhares de reais. Assim, para fins de cálculo, ressalta-se que, no exercício X2, não houve distribuição de lucros, integralização de capital, baixas de imobilizado, perdas ou reclassificações de estoques.

Balanco Patrimonial		
Conta	31-12-X1	31-12-X2
Ativo		
ATIVO CIRCULANTE		
Caixa	R\$ 190	R\$ 112
Contas a receber	R\$ 22	R\$ 90
Estoques	R\$ 95	R\$ 80
Despesas Antecipadas	R\$ 8	R\$ 10
Total do Ativo Circulante	R\$ 315	R\$ 292
ATIVO NÃO CIRCULANTE		
Terreno	R\$ 130	R\$ 286
Equipamentos	R\$ 50	R\$ 130
Depreciação acumulada	(R\$ 15)	(R\$ 32)
Intangível	R\$ 20	R\$ 25
Total do Ativo Não Circulante	R\$ 185	R\$ 409
Total do Ativo	R\$ 500	R\$ 701
Passivo e Patrimônio Líquido		
PASSIVO CIRCULANTE		
Fornecedor	R\$ 92	R\$ 38
Despesas provisionadas a pagar (operacionais)	R\$ 25	R\$ 35
Imposto de Renda a pagar	R\$ 2	R\$ 10
Total do Passivo Circulante	R\$ 119	R\$ 83
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
Empréstimos e Financiamentos (LP)	R\$ 2	R\$ 40
Total do Passivo Não Circulante	R\$ 2	R\$ 40
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social	R\$ 180	R\$ 180
Lucros acumulados	R\$ 199	R\$ 398
Total do Patrimônio Líquido	R\$ 379	R\$ 578
Total do Passivo e PL	R\$ 500	R\$ 701
Demonstração do Resultado do Exercício		
Descrição	Exercício X2	
RECEITA		
Receita Líquida de Vendas	R\$ 2.381	
CUSTO		
(-) Custo das Mercadorias Vendidas (CMV)	(R\$ 1.680)	
LUCRO BRUTO	R\$ 701	
DESPESAS OPERACIONAIS		
(-) Despesas Operacionais (excluindo Depreciação)	(R\$ 350)	
(-) Despesas de Depreciação	(R\$ 17)	
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA	R\$ 334	
IMPOSTO DE RENDA		
(-) Despesa de Imposto de Renda	(R\$ 135)	
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	R\$ 199	

Com base nessa situação hipotética e nas demonstrações contábeis apresentadas, julgue os itens seguintes.

101 O patrimônio da Beta Comércio Ltda. é composto de bens, direitos e obrigações avaliáveis em moeda, sendo representado, no balanço patrimonial, pelo ativo, pelo passivo e pelo patrimônio líquido.

102 Em 31-12-X2, o patrimônio líquido da Beta corresponde à soma do ativo circulante com o ativo não circulante, sendo deduzida, portanto, apenas do passivo circulante.

103 Ao evidenciar a composição do ativo, do passivo e do patrimônio líquido da Beta Comércio Ltda., permitindo o acompanhamento dos bens, dos direitos e das obrigações da entidade, a contabilidade exerce a sua função administrativa, a qual é relacionada ao controle do patrimônio.

104 A despesa de depreciação de R\$ 17 mil representa a saída de caixa ocorrida em X2, razão pela qual se reduzem, simultaneamente, o resultado e o saldo de caixa da Beta.

105 Considerando o estoque inicial de R\$ 95 mil, o estoque final de R\$ 80 mil e o custo das mercadorias vendidas de R\$ 1.680 mil, as compras de mercadorias da Beta Comércio Ltda. em X2 foram de R\$ 1.695 mil.

106 A margem bruta da Beta Comércio Ltda. em X2 foi inferior a 30% da receita líquida de vendas.

107 As mercadorias adquiridas pela Beta Comércio Ltda. que ainda se encontrarem em trânsito na data do balanço deverão ser registradas no passivo, sob a rubrica “estoques em trânsito”, ainda que o controle econômico dos bens já tenha sido transferido à entidade, pois, somente após a entrada física no estabelecimento comercial, tais mercadorias poderão integrar o ativo circulante.

108 Em 31-12-X2, a liquidez corrente da Beta foi superior a 3, ainda que o ativo circulante inclua estoques e despesas antecipadas, pois esse índice considera o ativo circulante total em relação ao passivo circulante, sem excluir tais contas de sua base de cálculo.

109 Em 31-12-X2, o capital circulante líquido da Beta Comércio Ltda. foi de R\$ 97 mil, tendo sido calculado com base no ativo circulante operacional líquido, após a exclusão das disponibilidades do numerador.

110 O grau de endividamento da Beta em 31-12-X2, calculado pela razão entre o passivo exigível total e o ativo total, é inferior a 20%, indicando que menos de um quinto dos ativos da empresa é financiado por capital de terceiros.

111 Na demonstração dos fluxos de caixa elaborada pelo método indireto, a redução dos estoques da Beta de R\$ 95 mil para R\$ 80 mil entre X1 e X2 deverá ser tratada como ajuste positivo de R\$ 15 mil no fluxo de caixa das atividades operacionais, pois a diminuição de ativo circulante operacional representa a liberação de recursos do capital de giro.

112 Pelo método indireto, o fluxo de caixa das atividades operacionais da Beta no exercício X2 – considerando o lucro líquido de R\$ 199 mil, a depreciação de R\$ 17 mil e as variações de todas as contas operacionais do capital de giro – será de R\$ 117 mil.

- 113** Ainda que o balanço patrimonial da Beta Comércio Ltda. apresente saldos comparativos de 31-12-X1 e 31-12-X2, a sua natureza passa a ser dinâmica, pois a comparação entre os dois exercícios permite evidenciar a formação do resultado.
- 114** A Beta Comércio Ltda., na condição de arrendatária, firmou arrendamento de imóvel comercial por 36 meses, sem enquadramento nas exceções de curto prazo ou de ativo de baixo valor. Assim sendo, deverá reconhecer apenas despesa linear de aluguel, sem registrar o ativo de direito de uso ou passivo de arrendamento, enquanto não houver transferência da propriedade jurídica do imóvel.
- 115** A adoção das IFRS (*International Financial Reporting Standards*) permite que a Beta Comércio Ltda. mensure os seus estoques pelo UEPS (último a entrar primeiro a sair), desde que o método seja aplicado de forma consistente, divulgado em notas explicativas e não gere distorção relevante no custo das mercadorias vendidas.
- 116** Caso a Beta Comércio Ltda. seja optante pelo Simples Nacional, as receitas decorrentes da compra e da revenda de mercadorias deverão ser tributadas, em regra, pelo Anexo I da LC nº 123/2006, por se tratar de atividade comercial, sem prejuízo da segregação de receitas, se a empresa também exercer atividades sujeitas a outros anexos.
- 117** Com base nas demonstrações da Beta Comércio Ltda., um relatório gerencial destinado à tomada de decisão deve considerar aspectos como a redução de R\$ 78 mil no caixa, o aumento de R\$ 68 mil nas contas a receber e a margem líquida de aproximadamente 8,36%, não sendo adequado concluir, apenas pelo crescimento do ativo total de R\$ 500 mil para R\$ 701 mil, que houve melhora financeira global da entidade.
- 118** O eSocial funciona como fonte primária de dados tanto para o FGTS-Digital quanto para a DCTFWeb, de modo que o envio incorreto ou intempestivo dos eventos de folha de pagamento no eSocial compromete a apuração do FGTS e a geração da DCTFWeb, podendo resultar em inconsistências no recolhimento das contribuições previdenciárias e do FGTS.
- 119** Na contabilização da folha de pagamento da Beta Comércio Ltda., a contribuição previdenciária patronal integra o custo da folha e deve ser reconhecida como despesa do período pelo regime de competência. Assim, a contribuição previdenciária descontada dos empregados, por sua vez, também representa uma despesa da empresa, visto que esta assume a responsabilidade pelo recolhimento perante a Previdência Social.
- 120** A provisão mensal de férias e de 13º salário deve ser reconhecida pelo regime de competência, à medida que os empregados prestam serviços e adquirem proporcionalmente esses direitos, com o registro simultâneo da despesa e da respectiva obrigação.



ANOTAÇÕES